

O Brasil comprometeu-se a restaurar 12 milhões de hectares de florestas no âmbito do desafio de Bona, para benefício da biodiversidade e do clima, e a restaurar mais 5 milhões de hectares de pastagens no âmbito de iniciativas hipocarbônicas do país.

Porquê a restauração da paisagem florestal (RPF)

O Brasil tem a maior floresta tropical do mundo e cerca de 12% da biodiversidade do planeta. O objetivo do país é restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de vegetação nativa ao longo de um período de 20 anos no âmbito do desafio de Bona.

O governo também planeia implementar iniciativas integradas de agricultura, pecuária e silvicultura em 5 milhões de hectares no âmbito de iniciativas hipocarbônicas do país e restaurar 5 milhões de hectares de pastagens. Em conjunto, o compromisso total do Brasil é de restauração de 22 milhões de hectares para a Iniciativa 20x20, em apoio do desafio de Bona.

A Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PROVEG) e o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG) estão a providenciar o ambiente propício para a restauração. A Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN, Lei n.º 12.651/2012) estabelece que os proprietários fundiários devem preservar (ou restaurar) a cobertura vegetal nativa em áreas específicas do seu imóvel rural, na reserva legal (RL) e nas áreas de preservação permanente (APP). A Metodologia de Avaliação de Oportunidades de Restauração (MAOR) foi usada ao nível subnacional para aferir as oportunidades de RPF, apresentando as condições e os fatores propícios para a efetivação dos compromissos de restauração.

Cinco dos 26 estados (Espírito Santo, Pará, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo), bem como o Distrito Federal, aplicaram o processo MAOR. O trabalho foi executado pelo WRI Brasil, pela UICN e por instituições locais, com o apoio do programa KNOWFOR, financiado pela UK aid do governo do Reino Unido, e do projeto Accelerating Action, financiado pela Iniciativa Internacional sobre o Clima e as Florestas do governo da Noruega.

Para mais informações:

[Restauração de paisagens e florestas no Brasil](#)

Estado do Espírito Santo

Recomendações:

- Implementar a restauração por meio de programas de incentivo à adoção de tecnologias e melhores práticas de produção, com destaque para a indústria pecuária que representa dois terços da área a restaurar.
- Recuperar bacias hidrográficas usadas para abastecimento público devido ao risco de abastecimento para as comunidades.

As recomendações adicionais incluem:

- Formar redatores de projetos para que se centrem no acesso a crédito ligado à economia florestal.
- Aceder a investidores e ao mercado do carbono.
- Definir investidores potenciais para a restauração económica (por exemplo, fundos de investimento).
- Desenvolver e consolidar modelos agroflorestais adaptados à região e às necessidades específicas.
- Incorporar a definição de áreas prioritárias nas políticas públicas do estado.
- Robustecer o quadro legal com regulamentação para os sistemas agroflorestais (SAF) e a exploração florestal nas APP e simplificar o processo para os tipos de uso da floresta.

Para mais informações:

[Avaliação das oportunidades da restauração de paisagens e florestas para o Estado do Espírito Santo](#)

Distrito Federal

O investimento em investigação e desenvolvimento é fundamental para a redução do custo por hectare no bioma do Cerrado. O Plano Recupera Cerrado realçou a necessidade de lidar com os obstáculos jurídicos, institucionais e tecnológicos e de criar mecanismos para incentivar o envolvimento dos produtores.

Foram identificadas cinco prioridades:

- Assegurar paisagens protegidas e a designação de paisagens produtivas sustentáveis.
- Aplicar programas e projetos para recuperação e monitorização do Cerrado.
- Estabelecer um fundo específico para o Cerrado, bem como prémios e fundos de participação.
- Promover a investigação científica centrada na conservação, na recuperação e no uso sustentável.
- Implementar o controlo integrado dos incêndios.

Para mais informações:

[Uma avaliação das oportunidades de recomposição para o Distrito Federal, elaborado pela Aliança Cerrado](#)

Estado do Pará

Recomendações:

- Promover um mercado florestal legal, com uma política centrada numa economia sustentável e hipocarbónica, aumentando a sustentabilidade das atividades agrícolas.
- Criar condições favoráveis e efetuar planeamento estratégico de restauração.
- Promover a legalização da posse de terras.
- Aumentar a eficiência e a acessibilidade dos mecanismos de financiamento para a restauração florestal.
- Melhorar a qualidade do mapeamento da cobertura terrestre da Amazônia e expandir o mapeamento de áreas de preservação permanente (APP) hídricas; aumentar a cobertura e a fiabilidade do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e monitorizar sistematicamente a regeneração florestal.

Para mais informações:

[Oportunidades para Restauração Florestal no Estado do Pará, elaborado pelo Imazon](#)

Estado de Pernambuco

Recomendações:

- Mapear áreas prioritárias para conservação e coordenar ações transversais ao sector agrícola.
- Procurar alternativas com retorno económico para aumentar o rendimento dos produtores, especialmente em áreas propensas à desertificação.
- Atualizar o CAR e monitorizar a conformidade com a LPVN. Criar mecanismos de incentivo para proprietários fundiários de pequena escala.
- Aceder a fundos e reforçar linhas de crédito para incentivo de políticas de pagamento por serviços ecossistémicos, melhorar a assistência técnica e investir em investigação e tecnologia para implementar iniciativas agroflorestais.

Para mais informações:

[Avaliação das Oportunidades de Restauração de Paisagens Florestais para o Estado de Pernambuco, elaborado pelo Capan](#)



Estado de Santa Catarina

Recomendações:

- Incluir análises socioeconómicas e aspetos relativos à biodiversidade, tais como o mapeamento da conectividade de paisagens para espécies ameaçadas, a fim de definir áreas prioritárias para conservação e restauração.
- Coordenar ações com o sector agrícola e pecuário.
- Desenvolver alternativas económicas para a restauração permanente, o que é crucial, dada a estrutura fundiária predominante no estado, constituída por explorações agrícolas de pequena escala.
- Validar o CAR e monitorizar a conformidade com a LPVN para definir áreas a restaurar e reduzir custos por meio da compensação florestal e das Cotas de Reserva Ambiental.
- Implementar mecanismos de incentivo a ações de restauração para proprietários rurais e colonos.



Estado de São Paulo

Recomendações, Vale do Paraíba, São Paulo:

- Privilegiar o investimento na implementação de ações de RPF não comerciais em APP ripárias harmonizadas com os programas existentes.
- Alavancar investimentos de compensação por perda de vegetação nativa e crimes ambientais e do comité da bacia hidrográfica local.
- Regular e rever os pontos de divergência na legislação e nos programas para as alterações climáticas.
- Continuar com o processo de ligação entre iniciativas e partes interessadas iniciado com o MAOR.
- Reconhecer os investidores rurais e proprietários fundiários locais que já investem na restauração.
- Consolidar um mercado regional de espécies nativas para cadeias produtivas sustentáveis.
- Robustecer a governação e o intercâmbio de conhecimento e capacitar as partes interessadas.
- Usar as categorias de RPF que não estão direcionadas para o retorno económico como valores de referência para o pagamento dos valores dos serviços ecossistémicos.

Para mais informações:

[Oportunidades para restauração de paisagens e florestas na porção paulista do Vale do Paraíba MAOR Inglês / Português.](#)

Recursos:

InfoFLR.org
iucn.org/forests



 INFOFLR
pela UICN